

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) DO ENSINO MÉDIO DO NÚCLEO DE ESTUDO DE GÊNERO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Juliana Andrade Cavalcanti de Albuquerque Parísio¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as experiências vivenciadas na Formação de Educadores (as) do Ensino Médio do Núcleo de Estudo de Gênero criado pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares, na EREMAAG – Escola de Referência Monsenhor Abílio Américo Galvão, nesta cidade, para realizar a transformação sociocultural, promovendo a igualdade de gênero e o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher no âmbito municipal, conscientizando e orientando os(as) Educadores(as) da importância de seu papel transformador se quiserem uma sociedade justa e livre de preconceitos e violência. Para isso, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, com informações de Institutos e Ong's Feministas da Internet, Relatórios da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares sobre o evento de inauguração do Núcleo de Estudo de Gênero nesta cidade e outros documentos afins.

Palavras-Chave: Formação. Igualdade. Violência.

INTRODUÇÃO:

A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares foi instalada no ano de 2009, pela Lei nº 1.823/2009, com o objetivo de garantir os Direitos básicos fundamentais, enfrentando todas as formas de violência contra a Mulher e realizando as políticas públicas municipais voltadas para o seu bem estar tanto na área urbana como rural.

¹ Advogada e Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares, Especialista em Gestão e Políticas Públicas pela ASCES em 2004, e em Direito Público e Privado pela ESA-OAB-PE em 2011. Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB Palmares.



promovendo a Igualdade de Gênero e o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher no âmbito municipal.

B) OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1) Formar e orientar educadores e educadoras nas questões de gênero, através de debates e troca de conhecimentos e experiências vivenciadas;
- 2) Reduzir as desigualdades de gênero no âmbito escolar;
- 3) Reduzir todas as formas de violência contra a mulher no âmbito municipal.

II – METODOLOGIA:

Para a realização do presente artigo foram utilizados conceitos de algumas autoras feministas; Relatório de atividades do dia da aula inaugural do 1º Núcleo de Estudo de Gênero implantado em Palmares-PE no EREMAAG, em 14 de abril de 2014, pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares; alguns Projetos da Secretaria da Mulher de Palmares que apresentam dados e informações da própria Secretaria e índices de Violência e Medidas Protetivas ajuizadas no Município, bem como pesquisas de índices e dados sobre mulheres em sites feministas, ONG's e Legislações específicas; onde todos contribuíram para o desenvolvimento e conclusão do presente artigo.

III – PESQUISAS REALIZADAS SOBRE INDICES DE VIOLENCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E EM PALMARES-PE:

Foram identificadas, junto às ações da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares, através de Visitas Locais nas comunidades

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



urbanas e rurais, bem como em reuniões com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Palmares, Articulação de Mulheres da Mata Sul e atendimentos no Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher – CREAM Maria do Carmo, e solicitação de informações junto às Delegacias e Poder Judiciário local, um aumento considerável no índice de violência contra a mulher tanto no meio urbano como rural.

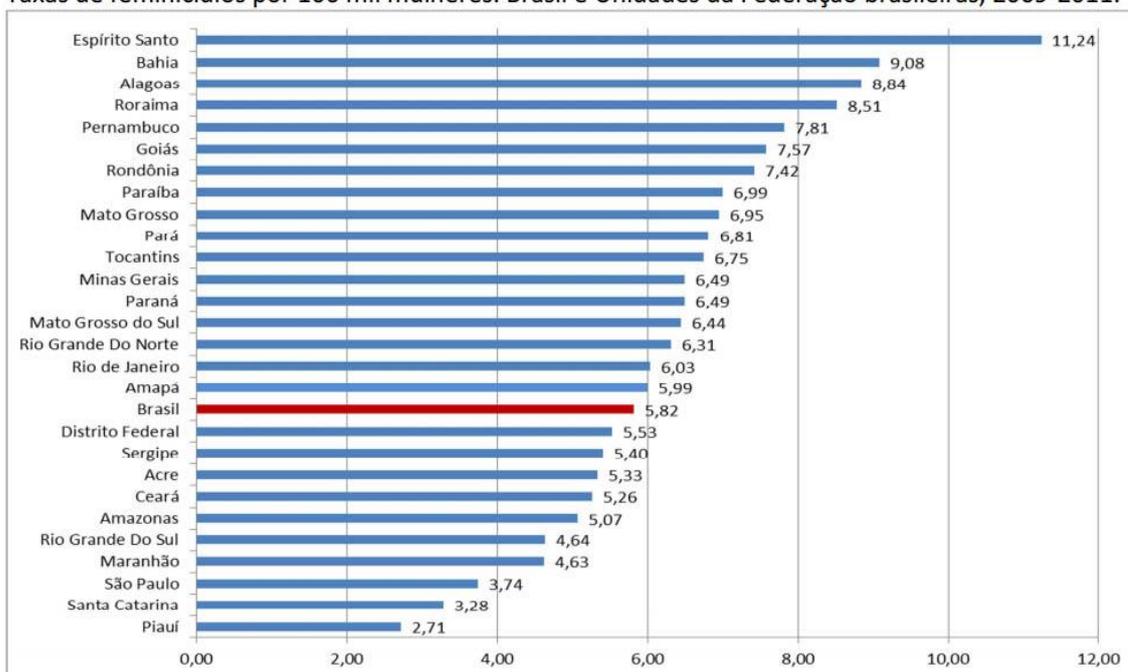
Segundo informações e dados recentes extraídos do site do **Instituto Patrícia Galvão, ONG Feminista**, em Pesquisa do IPEA, em 25-09-2013, sobre assassinatos de mulheres que destaca necessidade de tipificação penal para o feminicídio:

No Brasil, entre 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios: ou seja, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h30. Os dados foram divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em uma pesquisa inédita, que reforçou as recomendações realizadas em julho pela CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que avaliou a situação da violência contra mulheres no Brasil. Segundo o estudo, as mulheres jovens foram as principais vítimas: mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos. Do total de mortes, 61% foram de mulheres negras, as principais vítimas em todas as regiões do País, com exceção da Sul; 36% dos assassinatos ocorreram aos finais de semana, quando grande parte das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher estão fechadas. Somente os domingos concentraram 19% das mortes. Os Estados com maiores taxas de homicídios a cada 100 mil mulheres foram: Espírito Santo (11,24), Bahia (9,08), Alagoas (8,84), Roraima (8,51) e Pernambuco (7,81). Por sua vez, taxas mais baixas foram observadas no Piauí (2,71), Santa Catarina (3,28) e São Paulo (3,74).

Vejam os indicadores no gráfico abaixo:



Taxas de feminicídios por 100 mil mulheres. Brasil e Unidades da Federação brasileiras, 2009-2011.



Diante do quadro preocupante, o IPEA recomenda “o reforço às ações previstas na Lei Maria da Penha, bem como a adoção de outras medidas voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, à efetiva proteção das vítimas e à redução das desigualdades de gênero no Brasil” – incluindo aí os projetos de lei formulados pela CPMI.

Isto porque além do elevado número de assassinatos por causas violentas – critério adotado no levantamento para indicar o feminicídio – o estudo constatou que o perfil dos óbitos é, em grande parte, compatível com situações relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher e poderiam ter sido evitadas. Um indicativo nesse sentido é que quase um terço dos óbitos teve o domicílio como local de ocorrência.

Por outro lado, a pesquisa apontou que não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da entrada em vigor da Lei Maria da Penha: as taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período anterior à legislação (2001-2006) e 5,22 depois dela (2007-2011).



O que não justifica que a Lei Maria da Penha não esteja solucionando ou reduzindo os índices de violência, pois, com as inúmeras Campanhas de Conscientização de Direitos promovidas pela SPM/PR, Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, bem como, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares, essas vem destacando a importância de se trabalhar no campo da prevenção, realizando políticas transversais de gênero em todas as Instituições Públicas e Privadas, tendo como exemplo, os Programas “Maria da Penha vai às Escolas”, “Basta de Violência contra a Mulher”, “Disque 180”, “Violência contra a Mulher é coisa de outros Carnavais”, “Violência contra a Mulher é coisa de outra Cultura”, e com isso, aumenta o conhecimento da Lei e a procura por Medidas de Proteção.

Em Palmares-PE houve um aumento considerável de Medidas Protetivas solicitadas à Justiça Estadual nesta comarca nos últimos anos, na seguinte proporção:

Ano	Medida de Proteção
2009	08
2010	04
2011	09
2012	41
2013	58

Com estas informações e dados recentes foi elaborado o presente **artigo**, diante da necessidade de capacitação de educadores e educadoras em questões de gênero para serem multiplicadores do conhecimento adquirido e auxiliares no processo de transformação social e cultural para redução da desigualdade de gênero e eliminação de toda forma de violência contra a mulher.

Por isso, justifica-se a necessidade de uma conscientização de base, iniciando-se pela educação, para incluírem em seu processo de ensino-aprendizagem o conteúdo de gênero, apresentando temas de suma importância

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



para estudar e debater com os discentes, para que estes promovam a transformação sociocultural.

IV – CRIAÇÃO DO PRIMEIRO NÚCLEO DE ESTUDO DE GÊNERO EM PALMARES-PE E PRIMEIRA FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS:

A Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Palmares inaugurou, no âmbito municipal, o Primeiro Núcleo de Estudo de Gênero, no EREMAAG – ESCOLA DE REFERÊNCIA DE ENSINO MEDIO MONSENHOR ABÍLIO AMÉRICO GALVÃO, no dia 26 de março de 2014.

E já no dia 14 de abril de 2014 foi realizada a Primeira Formação do corpo docente, contando com a participação de representantes do Governo Municipal, Estadual e da Escola de Referência.

Em seguida deu-se início à apresentação da equipe técnica do CREAM – Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher de Palmares e da Secretária da Mulher do Município, e após, foi realizada a apresentação dos trabalhos com a primeira palestra sobre **“a importância e os objetivos dos Núcleos de Estudo de Gênero nas Escolas”**, pela Secretária da Mulher de Palmares, seguindo da Palestra sobre **“Gênero e Violência contra a mulher”**, pela Equipe do CREAM. Ao final foram abertos os debates.

Como os Núcleos são unidades promotoras de ações de formação, pesquisa e extensão, objetivando o desenvolvimento de práxis comprometidas com a transformação sociocultural, a partir da promoção dos direitos da mulher e da igualdade de gênero, os docentes ficaram cientes de sua responsabilidade com esse processo para contribuírem com essa mudança.

A capacitação foi realizada alternando os slides com uma explicação sobre a importância de se trabalhar as questões de gênero na escola em todas as



formas de fazer política, novas teorias e novas maneiras de construir o conhecimento, na filosofia e na ciência. O resultado de tudo isso foi uma crítica profunda ao pensamento ocidental, tendo como conseqüência grandes mudanças nos comportamentos, na divisão do trabalho e nas emoções, que redefiniram lugares, papéis e valores para homens e mulheres.

E para a autora feminista (SCOTT, Joan., **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**, p. 9):

Os(as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens nas análises do Gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens **do patriarcado**. A segunda, se situa no seio de uma tradição **marxista** e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo Francês e as Teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias **Escolas de psicanálise** para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Que também conclui:

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contem ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

E para compreender essa desigualdade, novamente a autora (ALBERNAZ, Lady S. F., **Para Compreender Gênero: Uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres**, p. 80-81) explica:

O debate sobre a categoria Gênero, como dito acima, surgiu da tentativa de compreender as desigualdades entre homens e mulheres na cultura e sociedade ocidentais. Antes dessa categoria, os estudos deste tipo focavam a condição social da mulher para entender porque as posições e as tarefas que elas realizavam eram, na maioria das vezes, desvalorizadas em relação às atividades feitas pelos homens. Uma das explicações propostas fundava-se na diferença biológica entre homens e mulheres. As feministas diziam que os homens usavam o fato das mulheres engravidarem e amamentarem, tarefa que requeria delas muito tempo perto dos filhos, para justificar que elas permanecessem próximas de suas casas. Em decorrência disso, elas eram impedidas de participar



do espaço público, onde se realizavam os trabalhos mais valorizados (que geram riquezas) e onde se decidia a vida comunitária, por meio da ação política. A distribuição da riqueza gerada pelo trabalho, bem como do poder coletivo entre as pessoas estava sob controle masculino, assim, os homens tomavam decisões em benefício deles próprios com prejuízo para as mulheres. Apagavam-se as contribuições sociais das mulheres tornando invisível o trabalho de cuidado com as crianças e o trabalho feito em casa ou nas proximidades.

Ou seja, tais estudos mostram que a desvalorização do trabalho do âmbito doméstico, no espaço privado, e a valorização do trabalho de mercado, do espaço público, são culturalmente aceitos pela sociedade patriarcal e machista que ainda sobrevive, com base em diferenças biológicas e culturais, reforçando uma desigualdade de gênero que não cabe mais. Isso repercute negativamente para a Mulher, que ao ingressar no Espaço Público vem sofrendo inúmeras discriminações, preconceitos, diferenças sejam elas de salário, de cargo, de função, e até dificuldades de se empregar em áreas tipicamente masculinas, apesar de possuir grau de qualificação muitas vezes superior ao dos homens, como vem mostrando pesquisas recentes nos diversos meios de comunicação e órgãos de informação, como o IBGE.

Segundo a autora feminista (ÁVILA, Maria Betânia., **Trabalho, Desenvolvimento e os impactos na vida cotidiana**, p.53), explica essa dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo:

O conceito de trabalho ao longo do tempo foi referido apenas ao trabalho produtivo. Assim foi tratado pelas ciências sociais, pela economia, nos planos de desenvolvimento das políticas nacionais e dos organismos internacionais. O trabalho reprodutivo ou trabalho doméstico, assim definido no contexto da sociedade capitalista patriarcal, esteve fora do conteúdo que dava significado ao conceito de trabalho até muito recentemente. A reestruturação desse conceito para alcançar as duas esferas do trabalho é parte de um processo político e de uma prática de produção do conhecimento que se constroem a partir do movimento feminista em uma relação dialética.

E para os(as) feministas (MADALOZZO, Regina. MARTINS, Sergio Ricardo., SHIRATORI, Ludmila, **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e Mulheres têm condições iguais?**, p. 560):



Entre nossas principais conclusões, podemos citar que a participação da mulher no mercado de trabalho, não somente com relação ao tempo dedicado a ele, mas, principalmente, com o aumento de sua remuneração frente ao total da renda familiar, impacta positivamente sua condição de barganha na família, implicando uma menor participação no Trabalho doméstico. Educação, horas de trabalho no mercado e fatores regionais também apresentam o mesmo efeito. Comparando homens e mulheres com características iguais, através de OAXACA, podemos concluir que características sociais e de formação de normas e condutas para os diferentes gêneros tem grande influencia na participação dos indivíduos no trabalho doméstico. Em 2006, ainda não podemos constatar a igualdade de condições para entrada e permanência de homens e mulheres no mercado de trabalho, pois elas cumprem uma segunda jornada extenuante e que, provavelmente, tem efeito em sua produtividade no mercado de trabalho e condições de saúde e bem estar.

Nessa perspectiva, observa-se que o trabalho doméstico ainda supera entre as mulheres e é desvalorizado, enquanto o trabalho de mercado, por gerar riquezas é mais valorizado, os homens dominam, ocasionando uma desigualdade de renda e de trabalho, onde a mulher ainda sofre com uma dupla e extenuante jornada.

A autora feminista (BRAH, Avtar., Diferença, Diversidade e Diferenciação. P. 373) entende que:

Toda formação discursiva é um lugar de poder, e não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes o poder é constituído performativamente em praticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. A precisa interação desse poder em instituições e relações interpessoais específicas é difícil de prever. Mas se a prática é produtiva de poder, então a pratica é também um meio de enfrentar as praticas opressivas do poder. Essa, em verdade, é a implicação do insight *foucaultiano* de que o Discurso é prática. A imagem visual também produz poder, donde a importância de entender o movimento do poder nas tecnologias do olho – artes visuais como a pintura e a escultura, prática do cinema e dança, e os efeitos visuais das tecnologias da comunicação. O mesmo vale para o registro auditivo – musica e outros sons produzem poder. De fato, o corpo inteiro, em sua fisicalidade, mentalidade e espiritualidade é produtivo de poder, e é dentro desse espaço

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



relacional que desaparece o dualismo mente/corpo. Uma “identidade” particular ganha forma na prática política a partir da relacionalidade fragmentária da subjetividade e se dissolve para surgir como um traço em outra formação de identidade.

E a mesma autora continua explicando o que a Diferença produz:

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneira como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construções da Diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a Diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a Diferença resulta em Desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agencia política.

VI – EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA PRIMEIRA FORMAÇÃO DE EDUCADORES:

Quando iniciaram os debates na aula inaugural, o que mais chamou atenção foi o fato de alguns docentes não pretenderem abordar certos temas, que lhe causavam desconforto, dentre eles, “a Homossexualidade” para evitar um “estímulo” a esta modalidade de gênero, o que foi bastante discutido, e após a explanação da aula e a discussão em grupo, evidenciou-se uma melhor aceitação e liberdade no trato do assunto, a quebra do “pré-conceito” existente, para se instalar o respeito às Diferenças e à Diversidade.

Somente assim, com o respeito implantado na consciência de todos(as), é que será alcançada a Paz e a Harmonia dos grupos.

Outro momento que também chamou atenção foi o fato de uma das educadoras tentar solucionar a questão do uso do banheiro por homossexuais, propondo a construção de um “novo banheiro” para essa modalidade de Gênero, o que levou o grupo à reflexão e à discussão, e ficou também esclarecido que

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Ainda surgiram diversos assuntos e dúvidas na discussão com os educadores(as) na ordem social, e apresentaram os seguintes questionamentos: como implantar e esclarecer esses novos conhecimentos sobre gênero para os discentes e como suas famílias iriam acompanhar e aceitar essas mudanças?

Os Núcleos de Estudo de Gênero integrarão Família X Escola, tanto nos momentos de apresentação de Seminários, Feiras, WorkShops, Fóruns, Debates, como nas Reuniões escolares entre pais e educadores(as), só assim as famílias estariam acompanhando tais processos juntamente com seus filhos e aos poucos entenderiam a questão da importância de uma educação não-sexista para ser trabalhada em casa, na família, no trabalho, na escola, **se quiserem um mundo sem violência e com mais respeito ao próximo.**

Além do mais, a discussão enfatizou a importância de uma participação maior das mulheres na **Política**, pois os resultados das leis machistas que repercutem negativamente para os seus direitos, por serem obras majoritariamente masculinas, trazem um conteúdo preconceituoso que reforçam a Desigualdade de gênero em várias interpretações em desfavor das mulheres até nos tribunais, precisa mudar, as mulheres devem estar preparadas para assumir o poder e participar ativamente da política, para que as leis sejam transformadas e atualizadas em seus conceitos e conteúdo.

E quanto à criação de Secretarias e Delegacias especializadas em atendimento à Mulher, o debate mostrou que isso não reforça a desigualdade, pelo contrário, o que é igual deve ser tratado de forma igual e o que é desigual deve ser tratado de forma desigual na medida de sua desigualdade.

No caso da mulher, por ser diferente biologicamente do homem, não lhe retira o direito de ser tratada de igual para igual. Porém, a realidade nos mostra que desde a “Descoberta do Brasil”, quando era Colônia de Portugal, as mulheres sempre foram tratadas de forma desiguais, inferiorizadas em tudo, sem direitos, mas com deveres e obrigações, sempre oprimidas no tempo e no espaço, por não ter liberdade de estudar, de trabalhar, de discutir assuntos importantes, de ir e vir a qualquer hora estavam limitadas ao espaço doméstico, privado. Enquanto os

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



O papel da Educação é fundamental para essa transformação que deve ser iniciada não só a partir da implantação dos Núcleos de Estudo de Gênero, mas desde o Ensino Infantil.

O(a) educador(a) é quem está em contato direto com o ser em formação, que este vem com seus costumes domésticos, sua criação preconceituosa, e para transformar, é preciso que o(a) educador(a) esteja preparado(a), livre dos preconceitos e das ideias machistas em que também foi criado(a).

Daí surge a importância dessa primeira Formação de Educadores nos Núcleos de Estudo de Gênero que estão sendo implantados nos Municípios, para trazer essa abertura de debates e construção de novos conceitos e ideias, com temas que abrangem o cotidiano e que causam incomodo à sociedade, e assim a mente desses(as) educadores(as) precisam estar mais preparadas para pensar, agir e trabalhar com os alunos de maneira mais consciente e livre de preconceitos, discriminações, porque as mudanças só ocorrem se partirem de dentro para fora.

Por isso, é imperioso começar essa mudança pela educação, que transforma, interage, auxilia no processo para que crianças e jovens tenham uma nova visão de mundo, dando uma nova missão de acabar com o preconceito e a discriminação, para que sejam instrumentos responsáveis por essa transformação social, política, cultural e religiosa.

E assim, possam desconstruir a história vivenciada, os padrões de conhecimento e de estudo alcançados, para fazer uma nova história, livre de preconceitos e discriminações, com amplo acesso ao conhecimento e muita troca de informações e experiências para se alcançar a IGUALDADE DE GÊNERO em todos os espaços e reduzir todas as formas de violência, em especial, contra a Mulher.

Tais mudanças são primordiais para a construção dessa nova história, e só assim, podem promover essa Igualdade de Gênero, concretizar o respeito à Diversidade e as Diferenças dentro de suas especificidades e transformar essa realidade sociocultural existente.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. SOS CORPO, 1989.